

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

CURSO DE PEDAGOGIA

ROSANE JOAQUIM ELIAS

**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES
NO TRABALHO DO PROFESSOR**

CRICIÚMA, JULHO DE 2010.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

CURSO DE PEDAGOGIA

ROSANE JOAQUIM ELIAS

**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES
NO TRABALHO DO PROFESSOR**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Licenciado no Curso
de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a Julia Hélio Lino Clasen

CRICIÚMA, JULHO DE 2010

ROSANE JOAQUIM ELIAS

**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES
NO TRABALHO DO PROFESSOR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciado, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação e Prática Pedagógica.

Criciúma, 06 de Julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profa Julia Hélio Lino Clasen – Especialista – (UNESC) – Orientadora

Prof. Ricardo Luiz de Bittencourt – Doutor – (UNESC)

Profa. Vera Maria Silvestri Cruz – Mestre – (UNESC)

Dedico esse trabalho a minha mãe Maria Albertina, meu irmão Guilherme (*in memória*) e a meu noivo Cleo Anderson pelo apoio, incentivo, compreensão e amor em todos os momentos desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de tudo, pois sem ele nada sou. A minha mãe, que está sempre comigo e sempre estará nas horas boas ou ruins, meu irmão *in memória*: Guilherme, meu eterno amor, pois estará sempre no meu coração e vibrava com a minha graduação. Ao meu noivo, que amo muito e teve paciência e compreensão pelas minhas ausências.

As pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram a subir mais um degrau do sucesso. As minhas colegas e professores do Curso de Pedagogia; em especial a Julia, que esteve muito presente nesse último semestre como minha orientadora. E finalmente, a Universidade do Extremo Sul Catarinense, onde passei uns dos melhores anos da minha vida.

Obrigada a todos e todas!

**“O mundo é um lugar perigoso de se viver,
não por causa daqueles que fazem o mal,
mas sim, por causa daqueles que observam
e deixam o mal acontecer.”**

Albert Einstein

RESUMO

O presente trabalho traz uma revisão literária sobre o tema violência sexual, educação infantil e a influência do professor nesse processo. A violência sexual infantil é um fato que marca o desenvolvimento das crianças que são vitimadas e o dano emocional e psicológico, em longo prazo, decorrente dessas experiências pode ser devastador. O professor no processo de identificação para a prevenção e combate ao abuso é, na maioria das vezes, essencial, visto que ele tem contato direto com a vítima. O tema definido para a pesquisa intitula-se: “Violência Sexual Infantil: dificuldades e possibilidades no trabalho do professor”, tendo como objetivo compreender como as professoras da educação infantil trabalham com as situações de violência sexual vivenciadas pelas crianças, se conhecem a legislação no que diz respeito à violência doméstica e sexual contra crianças; os sinais apresentados por uma criança sexualmente abusada e dos procedimentos e ações adotados perante um caso de abuso sexual. Pesquisou-se durante o trabalho o resgate histórico da infância, a influência do professor na Educação Infantil, a importância da observação e do registro do professor em sala de aula, a violência sexual infantil e se a escola atua no combate e prevenção ao abuso sexual infantil. A pesquisa foi enriquecida com uma pesquisa de campo, com questionário a 04 professoras da Educação Infantil da Rede Municipal de Forquilha. As informações obtidas foram analisadas e corroboraram com as hipóteses levantadas inicialmente, que a maioria das educadoras possui informações insuficientes acerca do tema e adotam, muitas vezes, procedimentos inadequados diante dos casos de crianças que sofreram abusos sexuais. O professor tem um papel extremamente importante no processo para a prevenção e combate ao abuso sexual infantil, porém não está preparado para lidar com esse problema, pois há deficiência em sua formação inicial e continuada.

Palavras-chave: Infância. Violência Sexual. Trabalho Docente.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 INFÂNCIA, ETAPA SIGNIFICATIVA PARA O SER HUMANO..... | 10 |
| 2.1 A Infância e seu contexto histórico..... | 10 |
| 2.2 A importância da brincadeira na infância..... | 13 |
| 3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES | 16 |
| 3.1 O trabalho do professor na educação infantil..... | 21 |
| 3.2 O Registro: uma possibilidade no trabalho pedagógico..... | 24 |
| 4 VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL INFANTIL | 26 |
| 4.1 Breve histórico do combate a violência sexual infantil..... | 26 |
| 4.2 Consequências de violência/abuso sexual contra crianças | 28 |
| 4.3 Os direitos assegurados na legislação à criança e adolescente..... | 32 |
| 4.4 Violência/abuso sexual contra a criança: responsabilidade de todos..... | 33 |
| 5 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS..... | 39 |
| 6 CONCLUSÃO | 47 |
| REFERÊNCIAS..... | 49 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES..... | 52 |
| APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO | 56 |

1 INTRODUÇÃO

Cada dia é mais comum, casos de violência sexual infantil, estampados em páginas de jornal, revistas e noticiário de televisão, casos esses geralmente de indignação nacional, sem solução real. É necessário um estudo mais aprofundado para que se tenha conhecimento de como é possível, acabar, ou pelo menos diminuir a incidências desses fatos lamentáveis.

As crianças trazem consigo todo o sofrimento dos maus tratos para dentro da escola, e é o professor um dos personagens mais importantes nessas histórias. O professor é, muitas vezes, a pessoa que a criança confia seus segredos e com ele aprende e ensina. Por esse motivo o professor precisa atuar no combate e prevenção do abuso sexual infantil. Entretanto faz-se necessário estar preparado para esta situação.

A formação dos professores na conjuntura atual com relação as transformações da sociedade está defasada e não consegue acompanhar os novos problemas que surgem. Faz-se necessário uma melhor preparação dos professores para esses novos problemas.

Neste sentido, a pesquisa busca compreender melhor a formação dos professores com relação ao abuso sexual infantil e mostrar a importância de um olhar atento às crianças da Educação Infantil, pois as mesmas, na maioria das vezes, apresentam problemas relacionados a violência e são taxadas de agressivas, mal educadas, mimadas etc., e na verdade, isto poderia ser identificado como consequência do abuso se os professores tivessem mais preparação para trabalhar com essas crianças.

O tema do trabalho foi Violência Sexual Infantil: dificuldades e possibilidades do professor e teve como questões norteadoras da pesquisa: quais os encaminhamentos dados pelas professoras em casos de violência sexual? Existe um trabalho integrado entre as professoras da educação infantil e o Conselho Tutelar? O tema violência sexual faz parte dos programas de educação continuada oferecidos a professoras da educação infantil? O que elas entendem por violência sexual infantil? A importância de estudar o tema se dá, principalmente, pela falta de preparo dos profissionais da educação que acabam rotulando essas crianças como invasivas, hostis, mais sério ainda, se calam pelo medo de serem expostos e

ameaçados em caso de denúncia.

O problema intitulado foi: quais as dificuldades e possibilidades no trabalho do professor em relação ao abuso sexual infantil? Com o objetivo geral: compreender as dificuldades e possibilidades no trabalho do professor em relação ao abuso sexual infantil. Como objetivos específicos: compreender o que as professoras entendem por violência sexual infantil; identificar os encaminhamentos dados por elas em casos de violência sexual; verificar se existe um trabalho integrado entre professoras da educação infantil e o conselho tutelar; analisar o uso do tema violência sexual fazendo parte dos programas de educação continuada oferecidos à professoras de educação infantil.

O trabalho foi dividido em três capítulos direcionado ao tema, o primeiro intitula-se: Infância, etapa significativa para o ser humano que tem como subcapítulos, a infância e seu contexto histórico e a importância da brincadeira na infância.

No segundo capítulo buscou-se perceber a importância da formação do professor: dificuldades e possibilidades no trabalho pedagógico e como subcapítulos, o trabalho do profissional na educação infantil e o registro: uma possibilidade no trabalho pedagógico.

O último capítulo aborda reflexões sobre violência sexual infantil que subdivide-se em abuso sexual na infância e um breve histórico do combate a violência sexual infantil.

Após o referencial teórico apresenta-se a metodologia seguida da análise de dados acerca das respostas obtidas por meio do questionário e analisados à luz do referencial teórico. E, por último a conclusão, as referências e apêndices.

2 INFÂNCIA, ETAPA SIGNIFICATIVA PARA O SER HUMANO

A infância é uma etapa significativa para o desenvolvimento do ser humano, assim faz-se necessário compreender as diferentes concepções de infância descritas ao longo dos séculos, pois teceram visões distintas sobre infância que, de uma forma, ou de outra, permanecem no contexto atual. Dessa forma, o entendimento de tais concepções possibilita uma melhor compreensão da realidade contemporânea, de crianças em situação de risco, pessoal e social, que vivenciam as várias formas de violência.

Nesse capítulo apresentar-se-á um breve contexto histórico da infância e a importância da brincadeira para o desenvolvimento infantil.

2.1 A Infância e seu contexto histórico

Por muito tempo a criança viveu como se fosse adulto em miniatura e para Ariès (1981) até a Idade Média, a criança era vista e assim submetida à vida adulta. Com o passar do tempo nasceu um novo olhar sobre infância, iniciado pelas famílias nobres e burguesas demarcando as diferenças de tratamento entre as crianças, oriundas das classes: média e alta, e aqueles das classes de baixo poder aquisitivo. Esse novo olhar era visível pela diferenciação das roupas.

Segundo Soares (2009) por causa das más condições sanitárias, os adultos não se importavam muito com as crianças, pois acreditavam que suas vidas eram curtas; que logo morreriam por alguma doença. No entanto, muitas sobreviviam, porém o falecimento das crianças era visto de forma natural.

De acordo com Ariès (1981), pode-se perceber, por meio das artes medievais do século XII, que não existia a diferenciação entre o mundo adulto e infantil. A diferença se dava apenas pelo tamanho; a criança era um ser inexistente, sem importância “[...] não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim, homens em tamanho reduzidos.” (ARIÈS, 1981, p. 51).

Para Ariès (1981), a partir do século XV a infância começa a diferenciar-se da vida adulta; até os sete anos, a criança devia aproveitar para brincar, após

essa idade ela era matriculada na escola e começava a trabalhar, sendo considerada adulta.

No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguia dos adultos. Esse fato essencial aparece logo ao primeiro olhar lançado às numerosas representações de criança do início do século XVII. (ARIÈS, 1981, p. 33).

Nesse período houve maior afetividade dentro das famílias e preocupação em relação à educação dos pequenos; o comportamento dos adultos torna-se mais carinhoso e a criança fonte de relaxamento e distração. Diante disso surge “o primeiro sentimento de infância”, meio familiar, “caracterizado pela paparicação”. (ARIÈS, 1981, p. 163).

De acordo com Oliveira (2002) nesta época, nasceu a preocupação com as regras e uma educação com mais limites e organização, pois os adultos mimavam as crianças. Partindo desse contexto começaram a criar escolas para que essas colocassem regras e ordem as crianças, dando-lhes disciplinas e assim, corrigindo-as; porém a idéia de escola vem da Idade Antiga com os gregos e os hebreus que utilizavam as academias e sinagogas como instituições de ensino para formar crianças.

Conforme Soares (2009), a escola se encarregava da educação escrita e da etiqueta e a igreja da educação moral e ética.

No século XIX, no Brasil, relata Oliveira (2002), a criança era educada para ser dócil e moldável. Nesse mesmo século surgem iniciativas de proteção a criança, criando creches com a finalidade de cuidar dos menores pobres para diminuir a mortalidade infantil e proteger os filhos de escravos e os menores abandonados. No Rio de Janeiro, em 1875, foram criados os primeiros jardins de infância para cuidar dos filhos da elite; e em 1877, em São Paulo, utilizavam a pedagogia de Froebel, favorecendo, assim, a criação de escolas diferenciadas para crianças das camadas populares. Em 1889 foram então criadas as creches, para atender a demanda dos filhos das trabalhadoras das indústrias, vindas das transformações econômicas e políticas. (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com Oliveira (2002) as creches eram mantidas pelo Estado como caridade para atender as crianças pobres e essas eram desnutridas e discriminadas. O Estado acreditava que as creches eram um favor aos menores

desfavorecidos, tendo caráter assistencialista e compensatório.

Em 1922, a preocupação com a educação moral e a higiene das crianças que frequentam essas creches aumentam, elas eram montadas ao lado das fábricas onde suas mães trabalhavam e eram mantidas pelos donos das fábricas. Entretanto, somente deveriam atender aos filhos dos operários e das operárias de boa conduta, as bem casadas. (OLIVEIRA, 2002).

Arroyo (1995, p. 88) afirma que existe diferença entre a criança que vive no campo e na cidade, o cotidiano de ambas é muito distinto, “no mundo rural a infância é muito curta. A criança entra mais rapidamente para o mundo do trabalho, que é o mundo do adulto. Na cidade, o tempo se prolonga. A criança não acompanha o pai ou a mãe para o trabalho”.

Partindo desse pressuposto percebe-se que a concepção de criança está em constante construção e varia no seu tempo e espaço. Pode afirmar que a infância foi entendida de diversas maneiras ao longo da história, o que as distingue é o meio social em que elas estão inseridas. (ARROYO, 1995).

A educação infantil não é mais vista como assistencialista ou ato de caridade às famílias pobres; as crianças não são ‘adultos em miniaturas’ que podem exercer uma profissão. A criança na sociedade atual é concebida como um ser em constante transformação e merece uma educação de qualidade, visto que ela tem seus direitos e deveres prescritos em leis. (OLIVEIRA, 2002).

Neste sentido, a educação infantil muda seu foco, o de cuidar da saúde e bem estar das crianças para uma educação aplicada a sua formação integral, em que o cognitivo, afetivo e motor são trabalhados para a construção do conhecimento da criança. (ARIÈS, 1981).

Discutir conceito de infância e seus desafios para a educação infantil é refletir sobre o significado de atuar do professor, e assumir que a criança é um sujeito ativo no seu processo de construção. Pois estas possuem sua singularidade que as caracterizam como seres que sentem, pensam o mundo de um jeito muito próprio.

Assim, é imprescindível trabalhar com a criança na educação infantil respeitando seu espaço, seu conhecimento e, principalmente, trabalhando com alguns eixos norteadores, o faz-de-conta, a brincadeira, a interação, a organização do espaço, a imitação, etc.

2.2 A importância da brincadeira na infância

No seu processo de construção do conhecimento, as crianças, usam as mais variadas formas de linguagens para conhecer o desconhecido e a mais usada é a brincadeira.

Pela brincadeira a criança consegue reviver situações de alegria, medo, tristeza, raiva e ansiedade, ela pode nesta brincadeira, expressar e trabalhar as fortes emoções, como descreve Oliveira (2002, p. 58), “[...] ela revive no faz-de-conta a situação traumática, podendo explorá-la com um certo distanciamento que lhe permite trabalhar as emoções difíceis que sentiu naquele momento”. Vamos que:

Normalmente o enredo dessas brincadeiras estava relacionado ao mundo do faz-de-conta, incluindo bruxas e lobos maus. Mas também brincavam de carrinho, de cantar “Parabéns”, de falar ao telefone, de casinha, de fazer bolo, de fantoches, de bonecas, de bonecos, de cavalinho, com areia, de fazer bolinha de sabão, de pular, de pintar, de boi-de-mamão... Gostavam de contar e ouvir histórias. De dançar e cantar. De estar e brincar no parque, no trezinho. Gostavam, enfim, de tudo aquilo que envolve o ter e o viver a infância em sua plenitude, cujo ingrediente principal é a brincadeira partilhada, nas interações e na construção de significados. (OSTETTO, 2008, p. 49-50).

Brincando a criança desenvolve suas potencialidades, assim como a atenção, a memória; aprende ser autônoma, resolver problemas, se socializa com outras crianças e com os adultos; aguça sua curiosidade e desenvolve sua imaginação; se torna personagem principal no seu processo de aprendizagem. Para Vygotsky (1998, p. 124), a criança cresce por meio de suas brincadeiras. “A criança imagina-se como mãe da boneca e a boneca como criança e dessa forma, deve obedecer às regras do comportamento maternal”.

No processo da brincadeira, ela consegue se ver no mundo dos adultos, com conteúdos diferentes, mas com características comuns. Brincando ela consegue uma elaboração de mundo em que desenvolve, também, a linguagem, compreendendo melhor a si mesma e ao outro. Segundo Vygotsky (1998, p. 129) “ao reproduzir o comportamento social do adulto em seus jogos a criança está combinando situações reais com elementos de sua ação fantasiosa”.

Nesse contexto, a escola precisa possibilitar o espaço educacional e o professor mediar as interações das crianças com os objetos de conhecimento e

compreender como fundamental o respeito as brincadeiras que trazem de casa e sua organização, assim terá possibilidades de conhecer, um pouco mais, o mundo social e afetivo da criança e, principalmente, se a criança sofre algum tipo de violência.

O professor necessita trabalhar o espaço físico escolar juntamente com as crianças transformando-o a partir com a realidade das mesmas; organizado de forma diferenciada para instigar a curiosidade, novas idéias, projetos... espaços que a criança vivencia durante o dia-a-dia. Nestes espaços ela representa o que vive em casa, momentos bons ou ruins, e é importante que o professor observe e registre suas falas, gestos, emoções para identificar suas dificuldades e seus problemas e poder ajudá-lo na medida do possível.

A estruturação do espaço físico, a forma como os materiais são dispostos e organizados influenciam os processos de ensino e de aprendizagem e auxiliam a construção da autonomia, da estabilidade e da segurança emocional da criança. Para bem desenvolver sua identidade, é fundamental que ela sinta-se protegida e esteja inserida em um universo estável, conhecido e acolhedor. Os espaços são concebidos como componentes ativos do processo educacional e neles estão refletidas as concepções de educação assumidas pelo educador e pela escola. (FRISON, 2008, p. 169).

Conforme Batista (1998) é pelas experiências vivenciadas, descobertas, que as crianças se desenvolvem, criando, criando, montando, desmontando; mexendo, usando todos os sentidos, repetindo, muitas vezes, a mesma coisa; ressignificando o mundo; elas vivenciam papéis distintos na mesma brincadeira, pai, mãe, filhinho, médico, professor... assim vivem em seu mundo lado a lado com o mundo dos adultos, sem se importarem com a hora e o lugar.

Conforme Lima (2002) brincando a criança expõe sua compreensão da vida humana. Evidencia para o adulto o que sabe; como entende e como está vendo as coisas. Na brincadeira ela demonstra situações do cotidiano, da vida em família; sua compreensão dos papéis sociais e sua interação entre os membros da comunidade onde convive.

“O brincar é uma atividade de excelência na Educação Infantil. Brincando, a criança não apenas se diverte, mas cria e interpreta o mundo em que vive, relacionando-se com ele”. (FRISON, 2008, p. 178).

Para Alves (apud FRISON, 2008), é na brincadeira que a criança entende o mundo e adquire aos poucos confiança em si mesma; desenvolve suas

capacidades e conhece seus limites, e elabora sua auto-imagem. Brincando e jogando as crianças se preparam para um aprendizado posterior.

[...] a brincadeira abre espaço para a criança se colocar, organizar seu pensamento, suas emoções, desenvolver a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Através do brincar a criança experimenta o mundo, os movimentos e suas reações, tendo, assim, elementos para desenvolver atividades mais elaboradas no futuro. (ALVES apud FRISON, 2008, p. 178).

A aprendizagem acontece em todos os momentos do cotidiano. A criança é vista como um ser que interage e que faz. Segundo Ostetto (2008, p. 83), “a participação da criança na organização dessa rotina é possível dada sua flexibilidade”. O professor precisa ser mais flexível que seus próprios alunos para que esses o tenham como alguém seguro e apto às suas aventuras de aprender.

Para Craidy e Kaercher (2001), e na perspectiva teórica do histórico cultural que o papel do adulto no desenvolvimento infantil ganha destaque, pois ele proporciona experiências diversas que enriquecem o dia a dia das crianças, fortalecendo a autoestima e desenvolvendo as suas capacidades cognitivas e emocionais. Compreende-se, neste sentido, a importância do trabalho do professor na Educação Infantil.

3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

Professor é o profissional responsável pelo processo de ensino aprendizagem, deve ter como objetivo a mediação de conhecimentos. O professor é o principal agente dos propósitos da educação.

Atualmente, muito se comenta sobre a má formação dos professores, no seu fazer pedagógico, com relação aos problemas encontrados no ambiente escolar. O professor não pode trabalhar, somente, o cognitivo das crianças e necessário ter um leque amplo de conhecimento, pois são inúmeros os casos problemáticos encontrados nas salas de aula.

[...] contribuir para a formação da sensibilidade significa incentivar a criar oportunidades para que elas se expressem com vivacidade e possam desenvolver; ampliar e enriquecer suas experiências sensíveis, aumentando as redes de entendimento e de significação do mundo. (DIAS, 1999, p. 177).

Atualmente, todo professor deve ter como princípio a formação integral de seus alunos; devem prepará-los para enfrentar os muitos desafios que no mundo vão encontrar. Para a Delors (2003), a educação deve trabalhar, de forma maciça e eficaz, os saberes e práticas e saber fazer evolutivos, adequados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

Para Delors (2003) a educação precisa organizar-se envolta de quatro pilares da educação, que ao longo da vida do ser humano, será muito valioso sabê-lo. São eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Segue abaixo uma breve síntese conforme DELORS (2003):

a) **Aprender a conhecer:** essa aprendizagem não visa tanto a aquisição de conhecimento, mas o domínio dos conhecimentos que se tem, a fim de utilizá-los da melhor forma. Seu fundamento é o prazer de conhecer, compreender, de descobrir. Para Delors (2003, p. 92-93), “a educação primária pode ser considerada bem-sucedida se conseguir mostrar às pessoas o impulso e as bases que façam com que continuem aprender ao longo de toda vida, no trabalho, mas também fora dele”.

b) **Aprender a fazer:** DELORS (2003) afirma que, essas duas primeiras aprendizagens são basicamente inseparáveis. No entanto aprender a fazer está

mais ligada à formação profissional. As pessoas devem saber colocar na prática todo conhecimento que possuem. Existem trabalhadores que tem conhecimento para determinada profissão, no entanto, não possuem competência e aí está o grande problema dessa aprendizagem.

Aprender a fazer não pode, pois, continuar a ter o significado simples de preparar alguém para uma tarefa material bem determinada, para fazê-lo participar no fabrico de alguma coisa. Como consequência, as aprendizagens devem evoluir e não podem mais ser consideradas como simples transmissão de práticas mais ou menos rotineiras, embora estas continuem a ter um valor formativo que não é de desprezar. (DELORS, 2003, p. 93).

c) Aprender a viver junto, aprender a viver com os outros: Vemos que DELORS (2003), para a educação atual esse é um dos maiores desafios. Nas escolas o que mais acontece são intrigas e desentendimento entre alunos, alunos e professores, escola em geral. Os alunos na sua maioria não conseguem resolver nem seus próprios conflitos e levam tudo isso para a escola, criando novos e, muitas vezes, mais complexos. Sabe-se que colocar em debate idéias diferentes só aumenta a competição e a discórdia. “[...] se este contato se fizer num contexto igualitário, e se existirem objetivos e projetos comuns os preconceitos e a hostilidade latente podem desaparecer e dar lugar a uma cooperação mais serena e até à amizade”. (DELORS, 2003, p. 97);

d) Aprender a ser: Segundo DELORS (2003), a educação deve visar o desenvolvimento global do ser humano e deve-se iniciar por si próprio. Se o aluno não consegue distinguir seus reais desejos e anseios, como saberá todo o resto? Como estará pronto para aprender? O professor pode preparar o aluno para enfrentar tanto as vitórias, quanto as frustrações que terá na vida. Na escola deve-se trabalhar, principalmente, a criatividade e a imaginação, o que desenvolverá nos alunos uma autonomia em tudo o que fizerem dentro e fora da escola.

O desenvolvimento do homem precisa ser integral na complexidade de suas emoções e expressões; indivíduo que mora em sociedade, inventor e criador de sonhos. “Este desenvolvimento do ser humano, que se desenrola desde o nascimento até sua morte, é um processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, à relação com o outro”. (DELORS, 2003, p. 101).

O professor encontra em sua sala de aula crianças com mundos e vivências distintas; ter embasamento teórico para trabalhar esses mundos e

encontrar neles diferenças e semelhanças a fim de integrar as crianças entre elas e com elas é essencial para o aprender a ser.

Conforme Ostetto (2008), para perceber-se integrante de um grupo, deve-se vivenciá-lo integralmente, participando das trocas, conflitos e percepções. É no decorrer desse processo que os envolvidos criam vínculos e fortalecem suas identidades, tanto individual como coletiva, e se fazem presente no grupo.

É no encontro com o grupo que nos defrontamos com as diferenças. É no grupo que aprendemos esse difícil processo de conviver com as divergências. Os conflitos, as diferenças. Isso tudo envolve e significa processo de construção de conhecimento, significa processo de apropriação do saber de cada um para deflagrar o que ainda não se conhece. (FREIRE, 1993, p. 162).

O cotidiano do professor é rico em experiências, no entanto é necessário que ele as defronte com outras realidades, por isso é tão importante a formação inicial e continuada e a interação com outros professores.

É preciso ser perceptível aos movimentos e linguagens que as crianças trazem no dia a dia; “[...] acionar esferas diferenciadas de conhecimento, mexer com o corpo e alma, diluindo falsas dicotomias entre corpo e mente, ciência e arte, afetividade e cognição, realidade e fantasia”. (LEITE; OSTETTO, 2004, p. 12). A formação do professor deve proporcionar a ampliação do olhar que este tem sobre educação infantil.

[...] na jornada de formação é preciso [...], abrir espaço para que o novo, envolto na incerteza e na indefinição, possa habitar a vida do professor. Tomar contato com o outro lado do ser adulto, entrar em contato com a criança interna, radicalmente novidade e mistério, pode ser um caminho. (OSTETTO, 2006, p. 186).

Conforme Ostetto (2004) tudo inicia e termina pelas mãos do professor, pois é ele quem organiza o dia a dia da escola, tornando-o prazeroso, alegre, criativo, lugar de dança, brincadeira, de música, movimento e interrelações. A maneira como ele vê a escola e as possibilidades que disporá aos alunos terão papel fundamental na vida dos educandos, abrindo o leque da diversidade cultural que esse terá.

Segundo Leite e Ostetto (2004) a sensibilização do olhar do professor beneficiará inclusive a ele mesmo, pois o tornará mais aberto e intrapessoal,

aprenderá a perceber mais o outro. Essa nova prática proporcionará uma postura mais criativa, autoral e significativa.

Gandini e Edwards (2002) relatam que, observando e escutando as crianças pode-se conhecê-las melhor, facilitando o entendimento do aprendizado das mesmas. Fazendo parte da vida da criança aprende-se a respeitá-las pelo que são entendendo, realmente, o que querem dizer. Sabe-se que a criança começa a falar muito antes de utilizar a linguagem oral.

O adulto que não percebe o caminho do conhecimento sendo construído pelas crianças – na dinâmica de um ir-e-vir constante, na euforia de suas descobertas, na experimentação, reveladas com o corpo inteiro, imenso, todos os sentidos – facilmente qualificará de bagunça esse processo poeticamente vivido. (OSTETTO, 2007, p. 39).

Diante dessas afirmações se faz necessário muito mais que estudo para o professor, sua práxis deve ser constante e ser um pesquisador é fundamental. Para Ostetto (2008, p. 128). “Há, no reino da prática pedagógica e da formação de professores, muito mais que domínio teórico, competência técnica e compromisso político. Lá estão histórias de vida, crenças, valores, afetividade, enfim, a subjetividade dos sujeitos implicados”. O professor precisa conhecer as teorias de aprendizagem, seus conceitos e procedimentos, e também, na sala de aula, mais que alunos, ele encontrará histórias de vidas diversas, em que muito se sabe e muito se quer aprender.

A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham. Já sei, não há dúvida, que as condições materiais em que e sob vivem os educandos lhes condicionam a compreensão do próprio mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios. (FREIRE, 1996, p. 137).

Conforme Forest (2007) a formação do educador deve estar embasada nas concepções atuais de infância, buscando superar idéias como a assistência na educação infantil. Escola infantil deixou de ser depósito de criança há muito tempo. Deve ter a consciência que a escola pode cuidar e educar.

A formação é um direito de todo profissional da educação, o que auxilia na melhora da sua profissionalização. Para Garcia (apud FOREST, 2007, p. 7)

“Diferentes níveis e estratégias de formação devem ser geradores de profissionalização, tanto em termos de avanço na escolaridade, quanto no que se refere à progressão na carreira”.

Para Ferro (2002), o professor continua a ser tratado de modo genérico e abstrato, não se levando em conta as circunstâncias reais que delimitam sua esfera de vida e profissão. Para esse autor, a formação do profissional de educação, tanto a acadêmica, quanto as feitas no decorrer da carreira, devem tomar como princípio o interesse do próprio professor. E nesse processo educacional devem estar todos envolvidos.

As grandes interrogações na formação docente estão na inadequação da integração da relação teoria e prática; na insuficiência do processo de formação, em matéria de duração, conteúdos e ações; na massificação do processo de formação que não permite a personalização e o desenvolvimento de uma ética de profissionalismo; na precária rentabilidade dos custos da formação (e do investimento na educação em geral); a disfuncionalidade dos modelos e tipos de formação, relativamente à especificidades dos níveis de ensino (diplomas e certificados). (ALVES apud FERRO, 2002, p. 65).

Conforme Ferro (2002) a formação de professores recebeu durante todos esses anos muitos nomes: reciclagem, treinamento, capacitação, aperfeiçoamento e atualmente o nome mais usado é formação continuada. O problema é que mudaram-se os nomes, mas a essência continua, praticamente, a mesma. A formação continuada não parte, na maioria das vezes, da necessidade dos professores é imposto por quem coordena e se encontra fora da sala de aula.

Conforme Enricone (2006), aceitar que o aluno é uma mala cheia de conteúdos e aprendizado é uma tarefa árdua, principalmente quando o professor tem que apropriar os conteúdos dos currículos com os muitos assuntos abordados pelos alunos. A construção do conhecimento do aluno é uma mistura do que ele sabe, do que ele quer aprender e do que o professor conseguirá ensinar; esse aprendizado resultará na visão que terá da sociedade e sua atuação nela.

A aprendizagem não se dá unilateralmente, pois o professor e os demais alunos serão agentes diretos na colaboração da elaboração deste processo, isso ocorrerá por meio de debates, troca de idéias, questionamentos, construção e desconstrução de hipóteses, mediação, etc. O professor, portanto, se torna personagem importante nessa história e precisa refletir sobre sua prática, buscando novos conhecimentos, pesquisando constantemente para trabalhar com as

diferentes linguagem, com os diferentes sujeitos. (VYGOTSKY, 1998).

Neste sentido, Ostetto (2008) argumenta que o professor terá mais condições de reconhecer os problemas de sua classe, tendo, também, as observações e registros como suporte de pesquisa, possibilitando a percepção de problemas que os alunos passam dentro e fora da escola.

3.1 O trabalho do professor na educação infantil

Quando um professor se propõe trabalhar com crianças terá de conhecer um pouco da história de cada uma delas, seu convívio com a família e características da sua faixa etária, portanto é imprescindível que o educar e o cuidar estejam juntos nesta etapa da vida escolar da criança para proporcionar um desenvolvimento cognitivo e emocional mais efetivo.

A criança tem sua própria singularidade, seu jeito próprio de pensar e ver o mundo, por isto, é tão importante conhecer as crianças que estão inseridas no grupo trabalhado, pois cada uma delas traz consigo saberes que o professor tem que conhecer para trabalhar com as mesmas e respeitar.

[...] compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns do ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (BRASIL, 1998, p. 22).

O professor precisa compreender que as experiências das crianças, suas brincadeiras proporcionam um grande momento de interação entre o grupo e uma enorme possibilidade no trabalho pedagógico. As brincadeiras imaginativas criadas por elas mesmas podem acionar seus pensamentos para a resolução de problemas que lhe são importantes e significativos. “Propiciando a brincadeira, portanto, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos. (BRASIL, 1998, p. 28).

É brincando que a criança se organiza enquanto grupo, elemento

essencial, pois a criança se constitui como ser humano, pelas relações que estabelece com o meio e com outras pessoas. “É no grupo que ela tem a liberdade de exercitar suas polaridades e descobrir-se por meio do contato com as diferenças do seu semelhante”. (OSTETTO, 2008, p. 82).

O cuidar na educação infantil é uma das possibilidades de aprendizagem na educação da criança, pois mesmo no momento da alimentação, higienização e outros cuidados, proporciona-se um novo conhecimento, uma nova maneira de ver a realidade que vivenciam.

As atitudes e procedimentos de cuidado são influenciados por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. Embora as necessidades humanas básicas sejam comuns, como alimentarem-se, proteger-se etc. as formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las é construído socialmente. As necessidades básicas podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural. (BRASIL, 1998, p. 24).

Não esquecendo, também, que o educador tem que saber interpretar todos os tipos de comunicação expressada pelas crianças, de modo que consiga produzir melhor o seu trabalho. Por isto é importante observar, ouvir, respeitar para poder analisar as diversas linguagens expressas pelas crianças. Para que com esse conhecimento o educador consiga ajudar a criança a se conhecer melhor e assim construir um conhecimento.

Uma das tarefas da prática pedagógica crítica é propiciar condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e como o professor experimentam experiências profundas de assumir-se. Para Freire (1996, p. 41), “Assumir-se como ser social e histórico como um ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar”.

Segundo Freire (1996). “O professor precisa ter uma prática pedagógica a favor da liberdade, da democracia. Ser professor é ser contra qualquer forma de discriminação, seja ela, social, racial, etc.; é construir oportunidade para os alunos serem críticos, sonhadores, autônomos; ser educador é buscar sempre mais conhecimento para a sua prática pedagógica é ter sempre esperança que a educação e o seu papel serão sempre melhor a cada dia”.

Freire (1996, p. 38), a tarefa coerente do educador é, exercer “como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se

comunica produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado”.

Professor é aquele que ousa fazer diferente em suas ações. Barreto (1998, p. 59) lembra as sábias palavras de Paulo Freire, quando este afirma, “a educação nada mais é do que a teoria do conhecimento colocada na prática”, ainda enfatiza “a visão do conhecimento que o educador tem repercute diretamente na sua prática pedagógica”.

O ensinar torna-se algo significativo quando o professor consegue compartilhar com seus alunos, grande parte de seu conhecimento e, assim, conquistar a sua confiança. Para Freire (1996, p. 23) “quem ensina aprende e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém.” [...] “do ponto de vista gramatical o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo. Verbo que pode objeto direto – alguma coisa – e um objeto indireto – a alguém”.

O mais importante, no cuidado humano, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio, que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. (SIGNORETTE apud FOREST, 2007, p. 4).

Cuidar e educar envolve estudo, dedicação, cooperação, cumplicidade e, principalmente, amor de todos os responsáveis pelo processo, que se mostra dinâmico e em constante construção. Segundo Barreto (1998, p. 68) “a competência científica necessária, indispensável ao ato de ensinar, jamais é entendida pelo professor progressista como algo neutro. Temos de nos indagar a favor de quem e de que se acha nossa competência científica e técnica”.

Conforme a Proposta Curricular para Educação Infantil (1998). “entende-se por cuidar, na educação infantil, não somente promoção a saúde, mas ter como principal objetivo desenvolver as capacidades humanas, com procedimento baseado em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças que vivem em diferentes realidades sociais”.

As ações relativas, por sua vez, são apresentadas de forma a ressaltar o desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos afetivos, relacionais, biológicos, alimentares e concernentes à saúde. O contexto sociocultural aparece como determinante nas construções humanas e nas necessidades básicas de sobrevivência, diferente em cada cultura, com isso, fica claro, no papel designado ao cuidar, a necessidade de envolvimento e comprometimento do professor com a criança em todos os seus aspectos, e a compreensão sobre o que ela sente e pensa, o que traz consigo, a sua história e seus desejos. (FOREST, 2007, p. 4).

É imprescindível, ao professor que optar em trabalhar com a educação infantil, uma visão ampla dos conteúdos diversos que abrange desde conhecimentos específicos até cuidados básicos com a saúde. Essa polivalência dar-se-á com uma formação adequada e competência profissional. (BRASIL, 1988).

Refletindo diariamente sobre sua prática, fazendo observações, registro do cotidiano da sala de aula, interagindo com os colegas, tendo contato direto com a família e a comunidade que atua, qualificará ainda mais seu trabalho.

3.2 O Registro: uma possibilidade no trabalho pedagógico

No reconhecimento diário do professor com sua turma se faz necessário o registro das atividades e o desenrolar delas em sala de aula. As ações de observar e registrar, segundo Ostetto (2008, p. 58) “são muito importantes para o processo de reflexão/avaliação daquilo que o grupo está experimentando/vivenciando em seu dia-a-dia, contribuindo, dessa forma, para um planejamento mais articulado às descobertas das crianças”.

Assim, o professor conhecerá melhor os alunos, seus sentimentos e suas reações as atitudes vivenciadas em casa e na escola, possibilitando, também, uma avaliação mais adequada do aprendizado dos mesmos.

Avaliação, assim, é investigação e observação da história e das conquistas de cada criança e do grupo. É ela que nos ajuda a ampliar o olhar sobre o universo dos meninos e meninas, suas idéias, estratégias de ação, reações, interações. Só observando poderemos revelar aquela criança positiva, capaz, de que estamos falando. (OSTETTO, 2008, p. 58).

Para essa autora, o observar do professor deve ser sutil, captando as interações, as experiências, e o que há por detrás das brincadeiras das crianças. Esse observar deve buscar constantemente qualificar as vivências dessas crianças e assim, dar a devida atenção ao fazer dela.

Para Souza (apud OSTETTO, 2008), documentar é papel indispensável ao educador, pois lhe permite ler e perceber os movimentos de cada criança e do grupo como um todo. Dessa forma, a documentação deve tornar-se uma prática diária como instrumento de reflexão do cotidiano.

Magalhães e Marincek (apud OSTETTO, 2008) afirmam que o diário e o relatório são materiais que ajudam na organização e orientação das aulas preparadas do professor. É uma maneira de o professor elaborar seu trabalho baseando-se nesses registros, refletindo sobre o que aconteceu na aula e que será interessante para seus alunos, buscando respostas e maneira de incentivá-los a novas indagações.

O registro do cotidiano passou a figurar, juntamente com o planejamento e a avaliação, como prática diferencial para um trabalho qualitativo; assumido como instrumento metodológico, ele passou a fazer parte do conteúdo programático da formação de professores, pelo menos da educação infantil, assim como o planejamento e a avaliação já o faziam. (OSTETTO, 2008, p. 18).

Para Ostetto (2008), “è no registro dos acontecimentos do cotidiano que o professor consegue visualizar o grupo que trabalha e cada um individualmente, entendendo-as como crianças em busca da infância, num tempo único para cada uma delas; como interação com os adultos, como constroem seus próprios conhecimentos.”

Compreende-se que o ato educativo, na Educação Infantil, requer um trabalho intencional e de qualidade, em que cuidar e educar são funções indissociáveis, sendo este, um trabalho complexo. Partindo desse pressuposto, entende-se que a escola mostra-se como local ideal para detecção e intervenção junto aos casos de violência ou abuso sexual.

Segundo Brino e Willians (2003), se os profissionais envolvidos com a criança estivessem preparados, com formação continuada sobre o tema, a identificação de vítimas, possivelmente, tornar-se-ia mais fácil. Considerando que a escola necessita ter como objetivo garantir a qualidade de vida, bem como promover a cidadania de seus alunos, urge proporcionar informações aos professores para enfrentarem a difícil questão do abuso sexual infantil.

4 VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL INFANTIL

Neste capítulo discute-se a questão da violência e abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. O mesmo está dividido em quatro subcapítulos, sendo que o primeiro aborda um breve histórico do combate a violência sexual infantil, trazendo um panorama geral dos acontecimentos e eventos; o segundo apresenta-se os tipos de violência existentes contra as crianças e as consequências físicas e psicológicas dos abusados, o terceiro traz a garantia da Lei perante a violência sexual infantil e o quarto proporciona uma reflexão com relação a Violência/abuso sexual contra a criança: responsabilidade de todos.

4.1 Breve histórico do combate a violência sexual infantil

A violência sexual praticada contra crianças e adolescentes se faz presente em todas as regiões do país, e na maioria das vezes, os seus agressores são os próprios familiares, o que torna mais difícil descobrir o crime e avaliar os traumas sofridos das vítimas. Para uma melhor compreensão do assunto faz-se necessário uma breve apresentação histórica do combate à violência sexual infantil.

A violência sexual infantil não é um fato novo. Segundo Azevedo (1997 apud SANTA CATARINA, 1999) numa pesquisa bibliográfica, cobrindo 90 anos do nosso século e abrangendo trabalhos de natureza científica foram identificados somente 33 com referência ao tema de Infância e Violência Doméstica no Brasil.

A violência doméstica e/ou intrafamiliar contra crianças e adolescentes não é um fenômeno da contemporaneidade. Relatos de filicídios, de maus tratos, de negligências, de abandonos, de abusos sexuais, são encontrados na mitologia ocidental, em passagens bíblicas, em rituais de iniciação ou de passagem para a idade adulta, fazendo parte da história cultural da humanidade. (RASCOVSKY; AZEVEDO apud SILVA, 2002, p. 27).

Para muitos professores e pais, a criança deve ser submissa a eles e/ou aos adultos, submissão essa que chegou juntamente com os jesuítas. É visível ainda nos dias de hoje, professores e pais adeptos à “tapinha no bumbum que

educa”. “Essa forma de disciplinamento corporal é defendida e “legitimada” sob a alegação de que se trata de uma intervenção preventiva, saudável, “para o próprio bem de crianças e adolescentes”. (AZEVEDO apud SANTA CATARINA, 1999, p. 20).

De acordo com Dourado e Fernandez (apud SILVA, 2002) foi com os jesuítas na época da colonização que se iniciou os castigos contra as crianças, anteriormente a população nativa tratava suas crianças acolhendo-as e protegendo-as. Entretanto, com o intuito de disciplinar e educar a população indígena ensinou-a a aplicar castigos físicos e psicológicos em suas crianças. Na Europa o primeiro estudo científico que se tem conhecimento foi de um médico legista francês chamado A. Tardie, em 1860 que descreveu em sua publicação vários tipos de ferimentos à crianças por seus respectivos pais, responsáveis e professores, usando pela primeira vez o conceito de criança maltratada.

Segundo Brasil (2004) a primeira instituição no mundo a combater os maus tratos em crianças que se tem notícia é a *New York Society for the Prevention of Cruelty to Children* criada em 1894.

A história desta instituição registra que para remover a menina chamada Mary Ellen, de 9 anos de idade, da casa dos pais adotivos, que a estavam maltratando severamente, o promotor responsável pelo caso teve de solicitar a Sociedade de Prevenção à Crueldade aos Animais de Nova York. Como na época não existiam leis que dessem às autoridades o poder de retirar a guarda dos pais, filhos que fossem maltratados, o promotor foi obrigado a apelar para o fato de a menina também pertencer ao “reino animal”, conforme relatam os fundadores da instituição. Toda essa ação resultou na retirada da menina da casa dos pais adotivos, na colocação de Mary Ellen em um abrigo e na criação da Sociedade de Prevenção à crueldade contra as Crianças de Nova York – NYSPCC. (BRASIL, 2004, p. 12).

O Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas ganhou grande destaque no ano de 1996. Algumas organizações recebem apoio financeiro de órgãos mundiais para continuar a luta contra o abuso e a violência sexual da infância e adolescência, destacando o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID. (BRASIL 2004).

Segundo Silva (2002) foi na década de 80 que começaram a criar os primeiros espaços, em São Paulo, objetivando o recebimento de denúncias e encaminhamentos dos casos de violência praticada por pais ou responsáveis contra crianças.

O assunto tem sido debatido em muitas conferências em âmbito mundial devido à importância da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esses direitos ao longo da construção social ganharam uma enorme amplitude, pois se faz necessário a proteção a essas crianças e adolescentes que não detêm a capacidade para defenderem-se sozinho.

4.2 Consequências de violência/abuso sexual contra crianças

A violência/abuso sexual como enfoque do trabalho consiste no fato de provocar os piores prejuízos psicológicos para a vítima, podendo ser dificuldades de adaptação interpessoal, sexual e afetiva. O abuso sexual é considerado uma violência doméstica contra a criança, na medida em que além das práticas sexuais propriamente ditas pode implicar agressão física e abuso emocional. (AZEVEDO; GUERRA, 1997 apud BRINO; WILLIAMS, 2003).

Faleiros (1997 apud SANTA CATARINA, 1999) cita algumas consequências físicas como: hematomas, confusões, fraturas, queimaduras de cigarro, que são usadas para amedrontar o abusado como para controlá-lo e/ou dominá-lo. Nas lesões genitais a mais encontrada é a ruptura do saco vaginal. Nas lesões anais, a laceração da mucosa anal é a mais frequente. As lesões ainda podem infectar e causar abscessos perianais e a criança e/ou adolescente ter a perda involuntária das fezes. Outro caso gravíssimo da violência sexual é a gestação, tendo muitas vezes, complicações orgânicas levando por isso uma maior morbidade e mortalidade materna e fetal. Além dos muitos problemas citados, as doenças sexualmente transmissíveis e disfunções sexuais são outras consequências da violência sexual infantil.

O abuso sexual tem duas facetas, a dos direitos da criança (aspectos legais e de punição ao agressor) e a questão psicológica que lida com os danos emocionais causados por este abuso. Ambas precisam ser trabalhadas juntas, porém não podem ser confundidas, citando como o exemplo o fator culpa, no aspecto legal somente o progenitor abusador é o culpado, mas no aspecto emocional ambos podem sentir-se culpados. Integrá-las, para que se possa fazer um trabalho mais completo, não significa que uma ocorra em função da outra, ou seja, que o abuso sexual só é abuso quando leva a um dano emocional, pois segundo a literatura nem todas as crianças que sofreram abuso sexual ficam com dano emocional, apesar de todas ficarem confusas com a experiência. (SANTA CATARINA, 1999, p. 40).

Os tipos de violência existentes contra as crianças e/ou adolescentes são: física e psicológica. Tanto uma quanto a outra tem grande impacto na vida de quem sofre.

Violência Física: de acordo com Deslandes (1994 apud SANTA CATARINA, 1999, p. 20) é:

Caracterizada por qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou adolescente, este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve à conseqüências extremas como a morte.

As conseqüências desse tipo de violência podem ser orgânicas e psicológicas. Orgânicas são: “lesões abdominais, oculares, de fraturas dos membros inferiores e superiores e/ou crânio, de queimaduras, ferimentos diversos, enfim que poderão causar invalidez permanente (como lesões neurológicas irreversíveis) ou temporária” (SANTA CATARINA, 1999, p. 22); as psicológicas são inúmeras:

[...] sentimentos de raiva, de medo quanto ao agressor; quadros de dificuldades escolares; dificuldade quanto a confiar nos outros; autoritarismo (a dor física e o abuso originados da disciplina são progenitores consistentes do autoritarismo...); autoconceito negativo e autoestima negativa; comportamento agressivo; dificuldades de relacionamento; infelicidade generalizada. (SANTA CATARINA, 1999, p. 22).

Violência Psicológica: para Santa Catarina (1999) uma das formas mais comum de violência contra crianças e adolescentes é a violência psicológica, ferindo seus direitos. Entretanto; esse tipo de violência pode ser facilmente diagnosticado por um profissional especializado, pois é visível nas crianças e/ou adolescentes que a sofrem, sendo muitas vezes, mascarada por excesso de zelo e superproteção.

Outro aspecto muito importante a ser considerado e que é muitas vezes negligenciado, é que a violência psicológica, embora também ocorra de forma isolada, está sempre presente em todo e qualquer caso envolvendo outras formas de violência como a física e a sexual, no sentido de que nessas situações haverá sempre o sofrimento psíquico para a criança ou adolescente. (SANTA CATARINA, 1999, p. 44).

Conforme Santa Catarina (1999) existem outras formas de violência psicológica que não são tão comentadas como as perceptíveis facilmente. A ausência de limites por parte dos pais para com seus filhos; a corrupção de

menores, tanto para a prostituição, como para o tráfico ou outro tipo de crime; quando um adulto produz expectativas além do limite da criança, muitas vezes, pressionando-a a ser o(a) melhor na escola, no esporte, etc. Negligência afetiva, quando o pai, a mãe ou responsável deixa de ser cuidadoso e atencioso com a criança e/ou adolescente; a superproteção, quando o adulto isola a criança e/ou adolescente impedindo-o de fazer ou manter amigos.

Uma pitada de agressividade aqui, uma dose de isolamento acolá, um desenho diferente ali. Nem só hematomas e outros sinais concretos evidenciam que uma criança sofre maus-tratos. Alterações de comportamento podem ser indicadores de que algo não vai bem. E esses detalhes, se identificados precocemente, fazem toda a diferença na hora de interromper esse sofrimento. (FOLGATO, 2007, p. 2).

Deslandes (apud SANTA CATARINA, 1999, p. 50), afirma que existem pistas para identificar a violência psicológica nas crianças e/ou adolescentes:

Indicadores físicos – problemas de saúde: obesidade, afecções na pele, problemas de tartamudez comportamento infantil, urinar na roupa ou na cama, chupar o dedo.

Comportamento – problemas de aprendizagem, comportamentos externos de agressividade ou timidez, destrutivos ou autodestrutivos, problemas com sono, baixo conceito de si mesmo, depressivo, apático, tendência suicida.

Características da família – tem expectativas irreais sobre a criança, rejeita, aterroriza, ignora, isola, exige em demasia, corrompe, descreve a criança como má, diferente das demais.

Assim, questiona-se, em que medida a escola pode auxiliar na identificação precoce da violência sexual infantil?

Como se sabe este assunto é novo para muitos educadores porque, na maioria das vezes, não apresenta nenhuma sinal físico nas crianças que sofrem a violência. Assim, compreende-se a necessidade da formação continuada para identificar crianças violentadas.

Para Bezerra (2006) quando a escola não é agradável para o aluno, o social do mesmo fica comprometido, juntamente com sua aprendizagem. Para a criança e/ou adolescente sexualmente abusado o caso se agrava, visto que a criança não conseguirá interagir com os demais integrantes do grupo escolar, receia em falar qualquer coisa com os outros e desconfia de tudo e de todos. É visível o

comportamento da criança abusada, seus sintomas comportamentais, tanto físicos, quanto psicológicos são perceptíveis.

Conforme Folgato (2007), uma criança violentada sexualmente apresenta vários distúrbios no comportamento com mudanças repentinas, torna-se uma criança isolada, depressiva, abatida, triste, tem dificuldades no aprendizado ou convivência com os colegas, desconfia das pessoas entre outras situações. A dificuldade na identificação se dá pela falta de preparo dos profissionais ou porque, fazem “vista grossa” para não terem problemas com a família. E quem mais sofre com estas atitudes são as crianças e por medo não revelam o que estão vivenciando.

Altos níveis de ansiedade; baixa auto-estima; distúrbios no sono e na alimentação; problemas no aprendizado e dificuldades de concentração; mudanças extremas, súbitas e inexplicadas alterações no comportamento da criança/adolescente; comportamento muito agressivo ou apático/isolado; regressão a um comportamento muito infantil; tristeza e abatimento profundo; comportamento sexualmente explícito ou presença de conhecimentos inapropriados para a idade; masturbação visível e contínua; brincadeiras sexuais agressivas; relutância em voltar para casa; faltar frequentemente à escola e ter poucos amigos (ABRAPIA, 1997, p. 28).

Segundo Bezerra (2006) abuso sexual é caracterizado por um ato de violência de alguém que utiliza uma criança ou adolescente para sentir ou promover prazer; entendendo que essa não é capaz ou não possui idade para compreender, ocasionando sentimento de culpa, problemas com sua sexualidade, dificuldade em construir posteriormente relações duradouras, baixa estima em si e nas pessoas que convive.

Essa situação é mais comum do que se imagina, diz Bezerra (2006), é considerado violência, mesmo quando quem pratica o abuso não se utiliza de força física para o ato, visto que o abusado é totalmente influenciável pelo adulto. A criança sofre durante o abuso e pode ter danos ao longo de sua vida, sendo crucial a intervenção o mais cedo possível, pois os efeitos apresentar-se-ão no desenvolvimento e crescimento da criança.

É de conhecimento público que o número de denúncias é muito menor que o de casos reais de maus-tratos e acredita-se que professores e funcionários da escola em que a criança estuda podem ajudar a mudar essa realidade.

Conforme Folgato (2007), o professor que estiver preparado pode facilmente identificar o problema e levá-lo a conhecimento dos órgãos de proteção,

pois é obrigatório por lei. Acreditando nessa afirmação a prefeitura de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo criou um projeto de formação continuada aos professores da rede para reconhecer os indícios de maus-tratos e fazer os encaminhamentos pedagógicos e legais necessários.

4.3 Os direitos assegurados na legislação à criança e adolescente

Com a Aprovação da Lei Federal 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Brasil foi o pioneiro na implantação de uma legislação reconhecida internacionalmente como uma das mais avançadas em termos de proteção integral da criança e do adolescente. A lei não foi dirigida apenas ao abandono e aos menores em conflito com a lei, mas principalmente àquelas crianças e adolescentes em situação de risco, na medida em que violados seus direitos à vida, à saúde e ao bem estar físico e psicológico.

Além dos inúmeros dispositivos que tratam dos direitos resguardados aos menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1991) trás no seu bojo no art.1º uma disciplina maior, ou seja, um princípio que rege todos os assuntos que envolvem a infância e a adolescência que é o chamado Princípio da Proteção Integral.

Esse princípio tem como ponto de partida o reconhecimento de todos os direitos das crianças e dos adolescentes, com sua consequente implementação pelo Estado, pela família e pela sociedade. Apesar de todos os direitos resguardados as crianças e aos adolescentes brasileiros, o que se verifica na realidade é uma gama de agressões a esses direitos assegurados tanto na Constituição Federal quando no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Folgato (2007, p. 2-3) traz alguns índices interessantes: “em 61,5% das denúncias de abuso contra crianças e adolescentes no Brasil, a vítima é do sexo feminino”. “Segundo o UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, acidentes e agressões são a primeira causa de morte de crianças de 1 a 6 anos no Brasil”.

Ainda, segundo o autor (2007, p. 3), “em média 18 mil crianças são vítimas de violência doméstica por dia no Brasil. [...] com o aumento da violência

urbana, acredita-se que esse número deva ter aumentado”.

No artigo 5 afirma que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. (BRASIL, 1991, p. 12)

Assim, em seu o artigo 18 o ECA (BRASIL, 1991, p. 15), dispõe: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

E no artigo 245 o ECA (1991, p. 81), comenta sobre a omissão:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de Ensino Fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente incorre em multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

A infância tem sido alvo de violência doméstica ao longo dos tempos e em vários contextos sociais. Sua importância é relevante, principalmente, sob os aspectos do sofrimento indescritível que imputa suas vítimas, que sofrem, muitas vezes, silenciosamente e sob a negligência precoce, o abuso sexual que podem impedir um bom desenvolvimento físico e mental de suas vítimas, neste sentido a legislação veio para inibir esses acontecimentos.

Acredita-se que uma criança com seus direitos violados, futuramente, terá dificuldade para superar seus traumas e agir de forma apropriada na sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por ser uma lei específica trata dos direitos das crianças e dos adolescentes em vários preceitos ao longo do seu texto e todos de acordo com os princípios constitucionais e reitera como sendo **dever de todos** à proteção as crianças e adolescentes.

4.4 Violência/abuso sexual contra a criança: responsabilidade de todos

A maior diferença entre violência e abuso sexual é que o abuso é mais difícil de ser identificado por não apresentar, na maioria dos casos, marcas físicas.

O abuso sexual pode ser definido, como “qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras sociais e legais da sociedade” (PIRES, 1999 apud BRINO; WILLIAMS, 2003, p. 114).

A sexualidade humana em sua complexidade é um campo importante na vida de todo ser humano, tendo envolvimento direto nos aspectos culturais, psicológicos e biológicos; os conflitos e valores relacionados ao exercício da sexualidade acompanham o homem do início ao final da vida.

Segundo Kuptas (1997) a sexualidade foi uma área que sofreu muitas mudanças nos decorrer dos tempos. O que há duas gerações atrás era extremamente proibido, hoje em dia, é fato cotidiano. Esses fatos são comparados facilmente quando se assiste a um filme, ouve-se uma música ou um programa de televisão antigo e um atual. Essas mudanças se devem a revolução sexual que se deu nos anos 60, proporcionando uma transformação nos conceitos de certo e bom.

Pensa-se na criança como um ser inserido no seu meio familiar do qual derivam, de forma natural e espontânea, todas as atenções, afetivas e materiais de que necessitam para o seu desenvolvimento normal. Todavia, há ocasiões em que este mesmo núcleo familiar se torna hostil para a criança, resultando, às vezes, no abandono, nos maus tratos, no abuso sexual e na morte da vítima. (SILVA, 2002, p. 63).

É complicado descrever sobre abuso sexual, pois esse assunto interfere diretamente na área de profissionais afins. A sexualidade, ainda, é um tabu, portanto trás consigo muitas crendices, preconceitos e estereótipos. Neste sentido, é preciso ter de cuidado para não passar a idéia de que qualquer carinho entre pais e filhos está carregado de sexualidade abusiva.

O vínculo primário da criança pequena com seus pais, necessário ao seu desenvolvimento, se estabelece através de contatos físicos (entre outras formas) como toques, beijos, carícias. Por esta razão, é muito difícil para os profissionais distinguirem a conduta afetuosa da conduta sexualmente abusiva. A distinção entre sexualidade e sexo é importantíssima no entendimento do abuso sexual. A sexualidade hoje é entendida em seu contexto mais amplo de prazer, a criança pode sentir excitação nesses contatos recebidos de seus pais, não significando com isto que exista o desejo para a realização do sexo. (FARINATTI apud SANTA CATARINA, 1999, p. 29).

As crianças têm necessidades de atenção e não de sexo; enquanto elas pedem amor e carinhos muitos adultos lhe oferecem sexo.

Segundo Azevedo e Guerra (1995 apud SANTA CATARINA, 1999) violência sexual infantil é qualquer relação heterossexual ou homossexual entre um adulto ou mais e um menor de 18 anos, objetivando estimular sexualmente o seduzido ou usá-lo para estimular um adulto ou outra pessoa.

Na maioria dos casos, a violência sexual infantil, acontece dentro da família ou por conhecidos dela. Conforme Faleiros (1997 apud SANTA CATARINA, 1999) aponta alguns aspectos, que precisam estar claros, quanto a dimensão da violência sexual intra-familiar:

O primeiro é quanto ao segredo familiar, visto que esse tipo de violência está envolta em segredo devido ao envolvidos no caso, ou seja, relação consanguínea, e muitas vezes, com complacência de outros membros da família.

O segundo aspecto é o da reincidência, pois os abusadores geralmente não abusam apenas de uma pessoa. A repetição é o terceiro aspecto; os abusados quando crianças tendem a repetir a violência com outras pessoas posteriormente. O quarto aspecto representa a presença de violência em todas as classes sociais, não sendo a pobreza um fato auxiliador nesses casos. As crianças e adolescentes são abusadas em todas as idades, entretanto a fase mais afetada é dos 8 aos 12 anos, o que diferencia é as relações e os traumas e como os abusados agem em relação a agressão, ou seja, se contam, resistem, e do apoio que recebem quando o fazem.

Outro aspecto importante é quando há impunidade do abusador e quando as crianças e/ou adolescente decidem fugir de casa, se transformando em menino e/ou menina de rua. O último aspecto citado é a necessidade de terapia e acompanhamento de forma multiprofissional ou interdisciplinar com todos os envolvidos no caso.

A violência sexual doméstica faz uma vítima em 3 a 4 menina, até a idade de 18 anos; de seis a dez meninos, um será vitimizado sexualmente até os dezoito anos; mais de 1/3 das notificações de violência sexual envolve crianças de 5 anos ou menores; embora vítimas de 0-18 anos, a idade mais freqüente varia de 8-12 anos; 85-95% dos agressores são pessoas conhecidas das crianças; a maioria dos agressores são homens (especialmente pai/padrasto). (AZEVEDO; GUERRA apud SANTA CATARINA, 1999, p. 31-32).

O abuso sexual é uma questão delicada visto que coloca a criança numa posição especial diante dos outros membros da família, pois ela foi a escolhida entre toda da família, colocando em conflito os sentimentos de prazer e medo.

Para Farinatti (1993 apud SANTA CATARINA, 1999, p. 34), “a gratificação secundária através de subornos e recompensas pode ter efeitos extremamente corruptores”. Muitas crianças que apresentam comportamentos tortuosos tiveram relacionamentos baseado em recompensa, tanto material quanto psicológica. “[...] o abuso sexual pode levar a um papel de pseudo parceria que ela pode querer manter, mesmo ao custo de confusão e perturbação emocional”.

Esses relacionamentos envolvem forte apego da vítima em relação à pessoa que abusa; levando muitas crianças a confundirem sentimentos, e não acabar com esse relacionamento, porém há consequências no abuso sexual podem ser devastadoras:

As crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual possuem: depressão, descontrole, anorexia, dificuldades nos estudos, isolamento social, problemas de concentração, problemas digestivos, fobias, ansiedades, hiperatividade, distúrbios no sono, pesadelos, sensação de estar sujo, entre outros. (FALEIROS, 1997 apud SANTA CATARINA, 1999, p. 37).

Segundo Folgato (2007) o professor que detecta sinais de violência ou maus tratos deve aproximar-se da criança e tentar averiguar seu relacionamento com os familiares e vizinhos; comunicar diretamente a direção. A direção por sua vez fará contato com o Conselho Tutelar ou Delegacia de proteção à criança do município e esse tomará as medidas cabíveis.

Segundo Santa Catarina (1999) existem alguns cuidados necessários durante o processo de diagnóstico de abuso sexual infantil. Quando o profissional aborda a criança vitimizada deve proporcionar entre ambos um ambiente de confiança, nunca antecipando a revelação do abuso, dando o tempo para a criança expor sua dor e acreditar em sua palavra.

A criança nunca, ou quase nunca, é capaz de fantasiar um ato sexual, é mais provável que esta venha a mentir, após a revelação, sobre a não ocorrência abuso devido as consequências advindas dessa, carregando sozinho a verdade e ainda sendo culpabilizada pela “mentira”. “Assim, ela conservando após anulação de seu testemunho para si o terrível segredo, perderá a confiança em suas próprias palavras, ficará isolada, sem resposta ao apelo que não foi ouvido. Isto engendrará um traumatismo suplementar com repercussões negativas para o resto da vida”. (FARINATTI apud SANTA CATARINA, 1999, p. 35).

Conforme Santa Catarina (1999), o profissional deve também se manter neutro ao investigar os dados, preservar a identidade e imagens da criança nunca a

submetendo a situações vergonhosas ou que criem constrangimento durante o diagnóstico e por fim, ao escolher uma equipe multiprofissional ter o cuidado do sigilo e adequação.

Para Brino e Willians (2008) a questão de abuso sexual infantil tem alcançado uma visibilidade tão grande que a discussão se voltou agora para a prevenção. O reconhecimento, a denúncia e a investigação e confirmação de suspeitas ainda é um fato pouco difundido, mas que estão em ascensão. No Brasil, inclusive existe uma apostila pouco conhecida nas escolas, mas que deve ser divulgada, sobre como identificar os sinais de abuso, trata-se do Guia Escolar para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual.

Esse quadro parece se dever a um descaso dos órgãos públicos no enfrentamento do problema, agravado pela falta de capacitação dos profissionais envolvidos com a questão do abuso sexual, o que promove um “jogo de empurra” entre os profissionais e as instituições ao se depararem com uma suspeita de abuso sexual. (ARAÚJO apud BRINO; WILLIANS, 2002, p. 210).

É muito difícil encontrar educadores com capacitação sobre abuso sexual infantil. Conforme Brino e Willians (2008, p. 214), “planejar, realizar e avaliar um programa com as estratégias apontadas pelos estudos anteriores parece ser um caminho possível para se verificar a eficácia de se capacitar profissionais e crianças para evitarem a ocorrência do abuso sexual”.

Santa Catarina (1999, p 36) traz um quadro de pistas que auxiliam os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes a identificar a violência sexual:

Indicadores físicos da criança: dificuldade de caminhar; infecções urinárias; secreções vaginais ou penianas; baixo controle dos esfíncteres; pode apresentar DSTs, enfermidades psicossomáticas, roupas rasgadas ou com manchas de sangue; dor ou coceira na área genital ou na garganta (amigdalite gonocócica); dificuldade para urinar ou deglutir; edema e sangramento da genitália externa, regiões vaginal ou anal; cérvix, vulva, períneo, pênis ou reto edemaciados ou hiperemiados; intróito vaginal alargado; sêmen ao redor da boca, dos genitais ou nas roupas; odor vaginal ou corrimento.

Comportamento: vergonha excessiva; autoflagelação; comportamento sexual inadequado para sua idade; regressão a estados de desenvolvimento anterior; tendências suicidas; fugas constantes de casa; mostra interesse não usual

por assuntos sexuais e usa terminologia inapropriada para sua idade; masturba-se excessivamente; desenha órgãos genitais além de sua capacidade etária; alternância de humor – retraída x extrovertida; resiste a participar de atividades físicas; relata avanços sexuais de adultos; resiste a se desvestir ou a ser desvestida; resiste a voltar para casa após a aula; mostra medo de lugares fechados; tenta mostrar-se “boazinha”; ausência escolar, por motivos insubsistentes; papel de mãe; conduta muito sexualizada.

Características da família: muito possessivo com a criança, negando-lhe contatos sociais normais; acusa a criança de promiscuidade ou sedução sexual; o agressor pode ter sofrido esse abuso na sua infância; acredita que a criança tenha atividade sexual fora de casa; crê que o contato sexual é uma forma de amor familiar; paradoxalmente dominador e fraco; pode abusar de álcool ou drogas; sugere ou indica discórdia conjugal ou dificuldade de se relacionar com adultos; indica isolamento social ou a condição de família mono parental; mostra conduta impulsiva e imatura; tende a culpar os outros por dificuldades da vida; tenta minimizar a seriedade da situação; estimula a criança a se envolver em condutas ou atos sexuais.

Folgato (2007, p. 3), “afirma a importância dos professores na detecção do problema de violência na infância, pois é na escola que os alunos demonstram grande parte dessa agressão e o professor com o conhecimento necessário perceberá os sinais e graus da violência”.

A violência doméstica é um assunto pouco debatido em cursos de formação, porém, atualmente, os casos têm acontecido com mais frequência. Por isso é necessário uma melhor preparação dos professores para que possam debater e saber como agir em determinadas situações, compreendendo que a denúncia sem fundamento causa tantos problemas, como o descaso quando se tem conhecimento.

É importante ressaltar a falta investimento na formação continuada dos educadores com relação a esse assunto que vem destruindo o sonho de milhares de crianças e que a cada dia aumenta o número de vítimas.

Entretanto, para delinear um programa que possa dar competência aos profissionais da educação, é necessário conhecer, primeiramente, qual o universo de informação que os professores detêm acerca dos conhecimentos básicos sobre o abuso sexual e se conhecem a legislação que envolve o tema e os direitos da criança.

5 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa de campo do presente trabalho foi realizada em duas escolas da Rede Municipal de Educação de Forquilha e conforme relatado da comunidade, com certo índice de violência. Foram aplicados a 04 professoras composto por 02 (duas) de casa escola. Os questionários aplicados foram entregues em mãos pela pesquisadora e recolhidos da mesma forma. As entrevistadas tiveram um prazo de 10 (dez) dias para responder as questões.

O instrumento para coleta de dados foi um questionário estruturado com os seguintes tópicos: 1. formação (grau de escolaridade, cursos de atualização); 2. tempo de atuação no magistério (tempo na profissão e na escola atual); 3. conhecimentos sobre abuso sexual (sintomas que uma criança apresenta quando sofre abuso sexual, principalmente relacionados à sala de aula; atitudes a serem tomadas diante de um caso dessa natureza e apoio a essas crianças). 4. informações sobre a legislação (conhecimentos gerais e, mais especificamente no que diz respeito à violência doméstica contra crianças e adolescentes);

Fez-se um pedido de autorização as diretoras solicitando a pesquisa na escola, colocando-as a par do objetivo do trabalho e das questões norteadoras, e um termo de consentimento as professoras para utilização das informações realizadas nos questionários. O Termo de Consentimento havia informações acerca do estudo, seus objetivos, qual a finalidade da pesquisa, o nome e telefone do responsável, para contato. Foi realizado em seguida, um agendamento para a entrega dos questionários com cada professora. Sendo que todas as pesquisadas autorizaram a utilização das informações coletadas.

Entretanto na entrega dos questionários sentiu-se uma pequena resistência, pois as pesquisadas tinham preferência por perguntas objetivas, para que as respostas pudessem ser dadas com mais rapidez.

A pesquisa realizada foi bibliográfica e de campo; classificada como qualitativa. Segundo Gil (1999, p. 65), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. E para Creswell (2007, p. 46), “na pesquisa qualitativa, os investigadores usam a literatura de maneira consistente com as suposições de aprendizado do participante, e não para prescrever as questões que precisam ser respondidas sob o

ponto de vista do pesquisador”.

É a pesquisa de campo pode permitir um conhecimento mais completo e adequado da realidade. Assim, o alvo é atingido mais eficientemente.

A elaboração dos questionários foi baseada nas questões norteadoras desta pesquisa. E por fim, os dados coletados foram analisados a partir do referencial teórico construído durante a pesquisa.

O nome das professoras não será divulgado, por ser uma questão ética. Serão titulados como professora A, B, e C. Sendo que a professora D não entregou o questionário. Na sequência apresentam-se os resultados dos dados coletados.

Inicialmente pergunta-se sobre a formação das professoras e seu tempo de atuação na Educação Infantil e na escola onde trabalham. As entrevistadas que entregaram os questionários são todas especialistas na área de educação, e no que diz respeito à experiência profissional na Educação Infantil; duas das professoras trabalham de 06 a 10 anos e uma mais de 21 anos. Com relação ao tempo em que as professoras trabalham na escola atual, duas responderam de 01 a 05 e uma mais de 06 anos de experiência profissional. Pelo tempo de experiência no magistério e local onde trabalham, talvez, possam ter trabalhado com alunos vitimizados de violência/abuso sexual.

Na primeira questão aberta perguntou-se sobre sua compreensão a respeito da violência sexual infantil. Com o intuito de saber o conhecimento das pesquisadas sobre o tema. Todas as pesquisadas demonstraram com suas respostas ter compreensão da violência sexual infantil, pois relatam que “qualquer ato de natureza sexual praticada com crianças”; “agressão e abuso sexual a menores”. Percebe-se que as respostas acima são coerentes com o assunto, pois:

Violência sexual consiste não só numa violação a liberdade sexual do outro, mas também numa violação dos direitos humanos da criança e do adolescente. É praticada sem o consentimento da pessoa vitimizada. Quando cometida contra a criança, constitui crime ainda mais grave. Pode ser classificada como intrafamiliar, extrafamiliar e exploração comercial sexual. (BRASIL, 2004, p. 36).

Quando questionadas sobre sintomas (ou características) indicariam que uma criança estaria passando por situações de violência sexual, a professora A citou “falta de concentração nas aulas, isolamento, reações dela com outras crianças”. A professora B relatou “aspecto triste, abatido, o silêncio absoluto, não se socializa

com a turma, com outros colegas, não se alimenta na escola, não participa de recreações, chora com frequência se fala da família ou não quer falar”. E por fim a professora C descreveu agressividade, gritos, desobediência, fuga, temperamento difícil da criança.

De qualquer maneira, apenas citar alguns sintomas parece não ser suficiente para identificar ocorrência de abuso sexual. É necessário estudo e pesquisa para que a professora saiba identificar um conjunto de sintomas, além de avaliar o contexto da criança, como: quando começaram a ocorrer tais sintomas, se foi um processo, se foi de repente...

Porém de modo geral, parece ser possível apontar, com base nas respostas, que a maioria das educadoras são capazes de informar sobre comportamentos que uma criança sexualmente abusada apresenta.

Corroborando com Ostetto (2008), é necessário o professor documentar os acontecimentos, pois lhe permite ler e perceber os movimentos de cada criança e do grupo como um todo. Dessa forma, o registro é fundamental para a prática diária, como instrumento de reflexão do cotidiano, e enquanto documento necessário para planejamento de ações pedagógicas ou de denúncia.

Na questão a seguir teve-se a intenção de verificar o conhecimento das professoras com relação às ações pedagógicas e aos encaminhamentos legais quando suspeita de violência/abuso sexual. Questionadas sobre os procedimentos da escola e do professor com relação a casos de desconfiança de violência sexual infantil; As respostas obtidas foram: a professora A “procuraria ajuda profissional”, entretanto não cita que tipo de profissional seria o mais adequado. A professora B “procuraria a legislação, o conselho tutelar, a família ou acompanhamento de psicólogo”. A professora C “faria uma verificação da situação com criança, com familiares para confirmar suas suspeitas”.

Na resposta da professora B e C dizem que procurariam a família, é importante ressaltar, lembrando o que foi explanado no referencial deste trabalho, muitas vezes, o agressor é um membro da família, pai, padrasto... e quando a professora decide conversar com a família deve ter o cuidado de não agravar a situação da criança.

No que se refere a procedimentos e ações perante um caso de abuso sexual, as participantes, não tem muita certeza sobre o como proceder, cabe aqui lembrar que, muitas vezes, há uma diferença expressiva entre o que se afirma sobre

algo e o que realmente se faz.

Dentre as que afirmaram que fariam algo perante um caso de abuso sexual, apenas uma envolveria a denúncia do caso, (procuraria a legislação, o conselho tutelar) demonstrando que apenas uma pequena porcentagem da amostra faria o que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece. As outras professoras tomariam outra atitude que não a denúncia, atitudes consideradas inadequadas, tais como conversar com a família, tentar ajudar a criança em sala sem comunicar o ocorrido a direção e ao conselho tutelar, o que demonstra certo despreparo e falta de informação a respeito do que um professor deve fazer ao identificar um caso de abuso sexual, podendo até, em certos casos, prejudicar a criança vitimada e/ou colocar a sua própria segurança em risco.

Conforme Folgato (2007) cabe mencionar o perigo de exposição a pais que podem ser violentos e ameaçadores, que podem infligir danos tanto ao professor como à criança. Além disso, a recusa de procurar auxílio ou ajuda especializada e a tentativa de ajudar a criança, conversando com ela, faz com que o problema do abuso se perpetue, expondo a criança a um risco extremo. Finalmente, se a própria criança revelar o abuso ao professor e este nada fazer, a omissão passará à criança a mensagem de que o abuso pode não ter sido grave ou que o professor acredite que a criança esteja mentindo.

Com relação a pergunta, se o professor pode ajudar uma criança que é suspeita de violência sexual infantil; a professora A afirma que “o professor deve conversar e fazer incentivos”. A professora B relata que “deve ter muita cautela, fazendo suas observações e registros, pesquisando o histórico dessa criança, ou adolescente, tentando sutilmente se aproximar dela como um educador amigo que quer vê-la bem, não forçando-a a confessar... mas conquistando-a e convencendo-a que precisa de ajuda...”. A professora C “irá fazer perguntas relacionadas a convivência da criança: na escola, em casa e no bairro e depois encaminhá-la ao conselho tutelar”.

Confirmando o que as professoras relataram; em especial a professora B, Brasil (2004, p. 95) afirma:

O educador pode ser a pessoa da confiança da criança e do adolescente. Isso significa estar na condição de ouvinte atento para detectar certos sofrimentos. A criança/adolescente não compartilhará seus segredos se não estiver totalmente segura de que essa pessoa pode lhe oferecer algum tipo de ajuda. Para tanto, o educador deve criar um ambiente propício à revelação, [...] propiciando condições de juntamente com os alunos,

preparar criticamente a consciência. A conscientização não se dará como produto padronizado de aprendizagem acadêmica, mas será desencadeada por um processo de diálogo, cooperação, união, organização, com cada aluno, para encontrar soluções comuns para os problemas.

É preciso ser compreensível as oscilações das crianças no dia a dia, e essa verificação será possível na análise dos registros. Conforme Leite e Ostetto (2004), a concepção de infância do professor poderá auxiliá-lo na ampliação do seu olhar sobre educação infantil tendo conhecimento do que é próprio de seu desenvolvimento ou atitudes que merecem uma atenção especial.

Folgato (2007) remete a importância do conhecimento necessário, ao professor, para perceber os sinais e graus da violência, pois é na escola que os alunos demonstram grande parte dessa agressão. Se detectado, rapidamente, o problema de violência na infância, maiores serão as chances de recuperação física e psicológica da criança.

A questão sobre legislação relacionada a temática, auxiliou para identificar se os pesquisados conheciam o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Educação lançou em 2004, ou ainda algum tipo de legislação sobre o assunto. Pode-se inferir que é evidente a falta de conhecimento com relação à legislação.

A professora A responde que não tem nenhum conhecimento sobre legislação referente a infância. A professora B não cita nenhuma legislação, mas remete-se ao conselho tutelar e abre discussão do tema em reuniões de pais. A professora C diz conhecer o Guia e o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém não faz nenhuma alusão ao conteúdo e sua utilidade para o trabalho do professor.

Tais dados sugerem que grande parte das professoras não dispõe de informações suficientes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. A lacuna em sua formação dificulta ações pedagógicas apropriadas no combate ao abuso sexual e sobre os meios corretos de proceder diante desse grave problema.

Neste sentido, falta a compreensão desses educadores, pois “identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (ABRAPIA, 1997, p. 6,).

Neste sentido, pergunta-se como o professor pode orientar a criança se não conhece a lei que a protege? Diante da gravidade que envolve a violência sexual infantil e, considerando que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida dos mesmos, bem como promover a cidadania, urge a necessidade de conhecer as concepções dos profissionais da educação sobre o fenômeno, bem como suas atitudes frente a suspeita ou confirmação de casos de violência sexual envolvendo as crianças. (BRASIL, 2004).

Outro aspecto a ser destacado refere-se às afirmações das educadoras sobre procedimentos que adotariam diante dos casos de abuso sexual infantil. Ao afirmar que fariam algo nesses casos, é possível que as educadoras tenham pretendido dar respostas socialmente aceitáveis. Em contraste, merecedor de maior ênfase, destaca-se o baixo número de participantes que faria uma denúncia, tal como exige a legislação. O não envolvimento de denúncia nas respostas das participantes da pesquisa pode estar relacionado a três hipóteses: a. desconhecimento do ECA, que não só coloca a denúncia como obrigatória, como também prevê pena ao professor que se omite da denúncia; b. medo de represálias dos pais ou responsáveis pela criança; c. crenças inadequadas sobre o papel do professor, relativas ao envolvimento em problemas familiares dos alunos.

Segundo Brino e Willians (2008), os profissionais da educação têm o compromisso ético e legal de notificar às autoridades competentes de casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos ou de violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Quando abordado se o tema violência sexual foi estudado na sua formação inicial ou continuada, duas professoras alegaram que não, em nenhum momento de sua carreira profissional abordaram especificamente o tema, ou seja, nunca estudaram sobre violência/abuso sexual infantil. E uma relatou que teve formação sobre o tema, entretanto foi apenas superficial, não tendo aprofundado o assunto.

Como sugestão para minimizar essa falta de conhecimento sobre o tema, os profissionais da educação infantil deveria estudar do Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (BRASIL, 2004) visto que o mesmo é rico em informações, sendo um material necessário dentro de todas as entidades de ensino. O conhecimento do Guia por parte dos professores auxiliaria na compreensão com relação ao reconhecimento do

problema da criança e as possibilidades do trabalho do professor. Todos os professores deveriam ter conhecimento do Guia, assim teriam subsídios para trabalhar os casos de violência sexual infantil, difundindo o conhecimento tanto do combate, quanto a prevenção.

Para compreender as dificuldades no trabalho dos professores com relação a temática: a violência sexual infantil, foi solicitado que respondessem essa questão. Descrevem sobre a falta de conhecimento para tratar com fatores psicológicos ou emocionais das crianças que sofrem o abuso. Para a professora A: “seus comportamentos são alterados e isso vai interferir na sua vida intelectual e moral” e as professoras B e C “que a criança não vai aprender, pois fica perturbada e perde a auto-estima”.

Sobre a utilização da observação e do registro dentro da prática pedagógica; e o auxílio do registro na identificação da violência sexual infantil nos alunos todos os professores responderam que fazem a observação e registro.

Quando questionados sobre que em medidas esses instrumentos podem auxiliá-los na identificação, a professora A responde que “é pelo comportamento da criança”; a professora B acredita que “quando se observa a conduta do aluno e percebe a mudança no aluno no seu comportamento pode-se fazer o encaminhamento legal e considera o registro prova legal para tal encaminhamento” e a professora C alega que “através do registro você pode observar os pontos que indicam a violência sexual e ficar em alerta para procurar verificar se é mesmo o que está acontecendo sendo criterioso para evitar erros avaliativos e chegar a conclusão que deseja”. No entanto, analisando as respostas se pode perceber a superficialidade das mesmas, pois nenhuma das entrevistadas aprofunda o assunto.

Em relação a avaliação e registro Magalhães e Marincek (apud OSTETTO 2008, p. 15) afirmam:

O diário e o relatório de atividades são instrumentos que auxiliam, organizam e orientam a ação do professor. São espaços de sistematização de ação pedagógica onde o professor organiza seu trabalho através de registros, a partir das reflexões que tece diante das inquietações presentes no seu cotidiano, das perguntas que se faz, das respostas que busca, das hipóteses que estabelece e de suas dúvidas.

Questionadas sobre a relação direta da violência sexual e aprendizado no aluno, as professoras A e C acreditam que há relação, entretanto a professora B

afirma que não. A professora A acredita que todo problema reflete na aprendizagem. A professora C diz que: “a violência sexual deixa a criança incapaz de aprender, pois seu pensamento está ligado ao abuso”. A professora B entende que a criança se isola, se distancia do educador, e que o professor precisa ter um olhar mais profundo dessa criança, observando, investigando o histórico da criança. Na resposta da professora B, é perceptível que apesar dela afirmar que não interfere na aprendizagem, sua justificativa a contradiz, sua resposta explica a interferência quando relata que a criança se isola e se distancia de todos.

Quando solicitadas que sugerissem formas para que a escola viesse a trabalhar mais efetivamente com relação à violência sexual infantil; as professoras A e C acreditam que necessitam de mais especializações sobre o assunto. A professora B relata que “promovendo palestras, exposições, projetos que envolvam a família e a escola, articulando o tema proposto a uma chamada de conscientização, alerta dentro das vigências legais, que protege o menor, relacionado ao processo ensino-aprendizagem dos educandos”.

Conforme Brasil (2004, p. 122):

O desafio dos educadores é de possibilitar uma ação pedagógica na qual a escola possa compreender a diversidade dos sujeitos que a frequenta e, a partir daí, possibilitar a efetivação do direito de aprender de todos os sujeitos. Compreender o educando em sua diversidade, para que a escola cumpra seu objetivo de ensinar, contribuindo assim para o desenvolvimento integral de alunos e alunas. Trata-se da inserção propositiva da escola num conjunto das instituições que tem buscado garantir os direitos das crianças e adolescentes.

Conforme Brino e Willians (2008), encontrar educadores com capacitação sobre abuso sexual infantil é difícil, porém acredita-se que profissionais com essa formação específica poderá auxiliar crianças/adolescentes para evitar a ocorrência do abuso sexual.

6 CONCLUSÃO

Por meio da fundamentação teórica e análise das categorias utilizadas na descrição dos resultados, podem ser destacados diversos aspectos referentes ao universo de informações das educadoras, concernentes à questão do abuso sexual infantil.

Compreende-se que o professor pode ser um instrumento de grande valia no combate ao abuso sexual infantil. A criança quando abusada, possui e demonstra características próprias e por meio de suas observações e registros em sala de aula, ele pode identificar se uma criança está sendo vítima de violência/abuso sexual infantil.

A formação do professor, em especial os que trabalham com a primeira infância, não deve se limitar a sua formação inicial. Constantemente, ele deve procurar novos conhecimentos para, assim, melhorar seu fazer pedagógico. Neste sentido, entende-se que a formação continuada é fundamental, principalmente, no estudo de temas que gerar sofrimento físico ou psicológico as crianças. Quando um professor se prepara intelectualmente e emocionalmente, no momento que surgir um problema terá mais possibilidades de identificá-lo, de saber como agir e tomar as providências necessárias.

O desenvolvimento da criança pode ter influência direta do professor. Quanto mais oportunidades de expressar-se e vivenciar fatos novos, mais a criança se desenvolve intelectual e emocionalmente. A criança que é reprimida em casa, e na escola pode inibir seus sentimentos e habilidades demonstrando, às vezes, dificuldades na aprendizagem.

No decorrer da pesquisa foi possível perceber que as professoras pesquisadas não tiveram contato com nenhuma situação real de violência sexual na infância, visto que suas respostas foram superficiais. Sobre os possíveis encaminhamentos em caso de violência sexual, as entrevistadas relataram que comunicariam os órgãos responsáveis, entretanto as mesmas não citaram contato direto com o Conselho Tutelar, dando a entender de que esse órgão não possui um trabalho integrado com a escola.

Sobre o tema violência sexual fazer parte dos programas de educação inicial ou continuada, pode-se perceber a inexistente dessa temática nas formações.

Os professores revelam estarem despreparados para uma ação pedagógica adequada ou mesmo na postura para os encaminhamentos cabíveis.

Contudo, é válido lembrar que o professor, quando bem informado e bem preparado é um grande aliado no combate e na prevenção ao Abuso Sexual Infantil.

A escola mostra-se como lugar ideal para detecção e intervenção em casos de abuso sexual infantil, uma vez que o principal agressor geralmente encontra-se na família. Porém compreende-se a necessidade de formação sobre o tema aos professores.

Seja qual for o número de abusos sexuais em crianças que se vê nas estatísticas, seja quantos milhares forem, deve-se ter em mente que, de fato, esse número pode ser bem maior. A maioria desses casos não é reportada, tendo em vista que as crianças têm medo de dizer a alguém o que se passou com elas. E o dano emocional e psicológico, em longo prazo, decorrente dessas experiências pode ser devastador.

Conclui-se que estudos mais aprofundados, envolvendo documentos legais como o ECA, o Guia Escolar... é fundamental para profissionais que trabalham diretamente com crianças. É preciso verificar e avaliar quais os meios adequados para serem utilizados como procedimentos, nos casos de abuso sexual, assim, efetivando um maior número de denúncias e proteção ao menor.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro. LTC, 1981.

ARROYO, Miguel González. O significado da infância. **Criança:[Revista do Professor de Educação Infantil,]** Ministério da Educação e do Desporto. 1995, n. 28. p. 88-92.

ABRAPIA. Associação Brasileira Multi-profissional de Proteção à Infância e Adolescência **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção, guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BATISTA, João. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BEZERRA, Márcia Mônica de Souza. **Abuso Sexual Infantil – Criança X Abuso Sexual**. 2006. Disponível em: <www.psicologia.com.pt> Acesso em: 26 de abr. de 2010.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://redesociaisapaulo.org.br/downloads/ECA.pdf>. Acesso em: 20 de abr. de 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular nacional para a educação infantil**: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: MEC/SEF, 2004.

BRINO, Raquel de Farias; WILLIANS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil**. São Paulo: Revista Semestral Educação X Realidade n. 33, Universidade Federal de São Carlos, jul/ago 2008.

_____. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil**. Cad. Pesqui. [online]. 2003, n.119, p. 113-128. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a06.pdf>. Acesso em: 26 de abr. de 2010.

CRAID, Carmem; KAERCHER Gladis E. Kaerther. **Educação infantil, pra quê te quero?** São Paulo: Artmed, 2001.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir**. 8ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003. p. 89-102.

DIAS, Karine Sperle. **Infância e educação infantil**. Campinas: Papyrus, 1999.

ENRICONE, Délcia (org). **Ser Professor**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

FERRO, Maria Amparo Borges (org.). **Educação: saberes e práticas**. Teresina: EDUFPI, 2002.

FOLGATO, Marisa. **A escola contra a violência doméstica**. Encarte Especial **Nova Escola**. N. 208. São Paulo: Editora Abril, dez, 2007.

FOREST, Nilza Aparecida. **Cuidar e educar: Perspectivas para a prática pedagógica na Educação Infantil**. 2007. Disponível em: <http://icpg.com.br/hp/home/index.php>. Acesso em 26 de abr. de 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Professora sim, Tia não!** São Paulo: Olho D'água, 1993.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **O espaço e o tempo na Educação Infantil**. 2008. Disponível em: www.fapa.com.br/cienciaseletras. Acesso em: 26 de abr. de 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KUPSTAS, Márcia (org.). **Comportamento sexual em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana E. **Formação de professores: o convite da arte**. Campinas – SP: Papyrus, 2004.

LIMA, Thaís. **A primeira ensinante: mãe e filho e as relações de aprendizagem**. São Paulo: Vetor, 2002.

OLIVEIRA, ZILMA Ramos de. **Os primeiros passos na construção das idéias e práticas da educação infantil: educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

_____. **Educação Infantil: Saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

_____. **Encantos e encantamentos da educação infantil:** partilhando experiências de estágios. Campinas, SP: Papiris, 2006.

_____. Entre a prosa e a poesia: fazeres, saberes e conhecimento na educação infantil. In: PILOTTO, Silva Sell Duarte (org.). **Linguagens da arte na infância.** Joinville, SC: UNIVILLE, 2007. p. 29-45.

PENSADOR.INFO. Frases Filosóficas. Disponível em: <http://www.pensador.info/frase/ODE4OQ/>. Acesso em: 04 de jun. de 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Social e da Família. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes.** Florianópolis: IOESC, 1999.

SILVA, Lygia Maria Pereira. **Violência doméstica contra criança e o adolescente.** Recife: EDUPE, 2002.

SOARES, Ângela da Silva. **Concepções de infância e educação infantil.** 2009. Disponível em: www.icpg.com.br/artigos/rev03-07.pdf. Acesso em: 26 de abr. de 2010.

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE PEDAGOGIA
ACADÊMICA: ROSANE JOAQUIM ELIAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TEMA – Violência Sexual Infantil: dificuldades e possibilidades no trabalho do professor.

Educadores,

Este questionário é composto por XX questões que embasarão o Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de Licenciatura em pedagogia da UNESC. Sua participação é imprescindível para o sucesso desta pesquisa. O nome dos participantes da pesquisa não será exposto.

Questionário aos Educadores

IDENTIFICAÇÃO:

A) Qual sua formação?

() normal (antigo magistério)

() superior incompleto. Qual? _____

() superior completo. Qual? _____

() pós-graduação. Qual? _____

B) Há quanto tempo você trabalha no magistério? E na educação infantil?

() de 1 a 5 anos

() de 6 a 10 anos

() de 11 a 20 anos

() mais de 21 anos

C) Há quanto tempo você trabalha nesta escola?

() de 1 a 5 anos

() de 6 a 10 anos

() de 11 a 20 anos

() mais de 21 anos

RESPONDA:

1 O que é para você violência sexual infantil?

2 Para você quais sintomas (ou características) indicariam que uma criança estaria passando por situações de violência sexual?

3 O que o professor e a escola podem fazer nos casos de suspeita de violência sexual infantil?

4 Que tipo de apoio é oferecido pela sociedade para as crianças vítimas de violência sexual?

5 Como os professores podem ajudar em sala de aula uma criança com suspeita de violência sexual?

6 Você conhece a legislação que trata dessa temática?

7 Foi abordado esse assunto na sua formação inicial ou continuada?

8 Quais as dificuldades que você percebe em relação a essa temática?

9 Você trabalha com observação e registro no seu dia a dia como educadora? Isso lhe auxilia nas suas temáticas com alunos com dificuldades de aprendizagem?

10 Que sugestões você poderia apontar para que a escola viesse a trabalhar mais efetivamente com relação a essa questão? (Violência sexual versus aprendizagem).

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Sob o título Violência Sexual Infantil: dificuldades e possibilidades no trabalho do professor esta pesquisa culminará na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a partir de entrevista com professores e gestores, coletando assim, dados e informações acerca da experiência destes sujeitos em relação a temática.

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada.

A pesquisadora responsável é a acadêmica **Rosane Joaquim Elias**, matriculada no curso de Pedagogia, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, orientanda da (o) professor (a) Julia Hélio Lino Clasen, da mesma instituição. Os envolvidos se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, por meio do telefone (48) 8821 1343.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu **Rosane Joaquim Elias**, Identidade n..... declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa realizada no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, desenvolvida pela aluna Rosane Joaquim Elias, para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referências em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle das informações a cargo desta acadêmica da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

() Solicito que seja resguardada minha identificação

() Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,

Criciúma, ____/____ de 2010.

Participante da pesquisa

Pesquisador/a